

Citar: Apellidos, N. (2015) "Título", en: González García, E.; García Muñiz, A.; García Sansano, J. e Iglesias Villalobos, L. (Coords.). *Mundos emergentes: cambios, conflictos y expectativas*. Toledo: ACMS, pp. ....

## ÁFRICA, CONTINENTE EMERGENTE. ENTRE DEBILIDADES Y OPORTUNIDADES.

Kianvu Tamo. *Universidad 11 de Novembro*

### RESUMO

Trata-se de descrever, compreender e explicar as transformações que o continente africano, principalmente, no sul do Sahara, vive apesar dos estereótipos degradantes que veiculam alguns órgãos de comunicação social. Bem que heterogénea (geografia, clima, recursos naturais, instituições políticas), esta África aberta às parcerias diversificadas, multilaterais, públicas e privadas, com os países de todos os continentes, se desenvolve.

Ao lado de zonas de miséria e pobreza, há espaços que conhecem prosperidade, populações que usufruem dos artefactos resultantes da inovação tecnológica e científica. Face a adversidades diversas, os Africanos demonstram as suas capacidades cognitivas e organizativas em procurar soluções de adaptação. Este comportamento de resiliência em diferentes sectores da vida social nacional e continental se observa através de uma vontade afirmada por uma governação cada vez mais participativa e pelas iniciativas das forças vivas locais e continentais na definição das escolhas rumo ao desenvolvimento económico, social e político. A Agenda 2065 ilustra bem a visão estratégica de uma África estando crescer e procurando a sua integração.

Porém, assiste-se à uma reversibilidade do dualismo estrutural da partida entre cidade e campo, entre sociedade moderna e sociedade tradicional, graças à educação, às infra-estruturas de comunicação e informação e, conseqüentemente, à mobilidade das pessoas, bens, serviços e ideias. Todavia, estas transformações sociais geram outras desigualdades, principalmente de rendimentos: entre uma minoria rica consumista dos artefactos originais importados e uma maioria pobre cuja certa camada vive na indigência, grande consumidora de produtos de marca contrafeitos (inclusivo, medicamentos). Contudo, é verdade que África, no sul do Sahara, já está nesta espiral virtuosa de progressos sucessivos de criação de riquezas que também estimula o surgimento de novas classes médias jovens; portanto, ela emerge graças não só aos trunfos que representam os recursos que ela possui mas igualmente às oportunidades que oferece o contexto de globalização e de cooperação regional. A abordagem é holística e estrutural.

Palavras-chave: África Subsariana, classes médias, emergência, globalização, resiliência.

### PREÂMBULO

É uma abordagem holística e, ao mesmo tempo, estrutural do tema que propomos neste congresso: *África, continente emergente, entre debilidades e oportunidades*. Apesar das debilidades e ameaças de natureza diversa, o continente africano conhece reais progressos utilizando oportunamente os seus trunfos. A análise que segue é holística porque toma em conta as relações (de complementaridade) entre partes de um conjunto para poder explicar e entender o carácter emergente da África e, estrutural porque a finalidade de integração projectada prevalecendo o todo (*gestaltismo*) exige as mudanças de estruturas (regiões, territórios, actividades e grupos sociais) e a adopção das políticas e mecanismos de adaptação face aos constrangimentos exteriores, numa perspectiva diacrónica de diferenciação. Portanto, a heterogeneidade e a complementaridade são as características do espaço económico, social e político aqui em estudo.

Com efeito, no contexto da globalização, isto é, da abertura dos espaços geográficos denominados Estados, regiões ou continentes aos intercâmbios comerciais, financeiros e até políticos, a categorização destes leva-los a serem considerados sucessiva ou simultaneamente como desenvolvidos ou subdesenvolvidos, ricos, emergentes ou pobres segundo alguns critérios

nem sempre consensuais. É um contexto complexo porque suscita expectativas para muitas comunidades do planeta para o seu bem-estar mas também tensões e conflitos dentro e entre estas entidades para o controlo dos recursos humanos, naturais, minerais, ...

Quanto ao continente africano caracteriza-se pelo seu gigantismo cuja extensão, 30,1 Milhões de km<sup>2</sup> (20% da superfície mundial), fica superior a soma de superfícies da China, Índia, Europa ocidental e dos Estados Unidos; 54 países, mais de um Bilhão de habitantes (15,35% da população mundial) e pela sua heterogeneidade humana, física, cultural, política e económica marcada por diversidades de raças, geografia (desertos, florestas, zonas vulcânicas), configuração estadual (grandes ao lado de pequenos países insulares), religiões (cristã, islâmica e animista), reservas de matérias-primas fósseis (petróleo, gás natural), minerais (platina, ouro, diamante, urânio, cobalto, cobre, coltran, zinco, nickel, ferro, titane, etc.), florestais (madeira, biodiversidade em fauna e flora); a África dispõe de um terço de recursos naturais e metade de terras aráveis ainda não exploradas do mundo.

A África é uma verdadeira reserva de hidrocarbonetos: avalia-se a 60 Bilhões de baris de petróleo na sua costa ocidental e um sexto desta reserva para a costa oriental segundo o gabinete Deloitte (em 2011). A reserva do gás natural liquefeito na África de Leste está estimada a 72 Bilhões de baris, equivalente em petróleo. Tendo em conta a instabilidade de preços de petróleos, a exploração do urânio representa uma alternativa interessante para o crescimento da África (Níger, RDC e Namíbia). Outras energias, renováveis, são: a hidroeléctrica com Angola, RDC (110.00 MW), Etiópia (40.000 MW), África ocidental (25.000 MW); a eoliana (um terço dos recursos mundiais mas com uma produção africana de apenas 0,5%) com Cabo Verde (28 MW), Gana (155 KW), Maurícia (15 MW), Quénia (300 MW), Tanzânia (100 MW); geotérmica com Quénia (5.000 MW).

Tudo ou quase releva das potencialidades que perspectivam uma convergência com os países desenvolvidos que cooperam e operam no continente. Consequentemente, a África está mudando, transformando-se conhecendo mutações estruturais significativas, económicas, sociais, políticas, tecnológicas e ecológicas. Observa-se, num lado, uma real dinâmica estrutural das partes, isto é, dos Estados africanos e noutro, a vontade manifestada de transformação por iniciativas específicas, no âmbito dos agrupamentos regionais e continental, em relação com as partes. É o domínio dos trunfos e oportunidades.

Mas, a África também é aquela das representações de estereótipos relativas à *corrupção* e criminalidade das suas elites (enriquecimento ilícito, tráficos do lixo industrial tóxico, da droga, etc.) e às *crises*, nomeadamente alimentar (fome), epidémica (doenças de ebola, sida, paludismo), institucional (guerra, golpe de Estado, eleições contestadas, etc.) e geopolítico-cultural (redes terroristas transfronteiriças em que cada grupo tem como foco de expansão um determinado país geralmente em deliquescência, tais como AQMI na Líbia, Mali e Níger, Boko Haram na Nigéria, Níger, Chade e Camarões, Shebab ou tribunais islâmicos na Somália, Quénia e Uganda, Exército de Resistência do Senhor ou LRA na República Centro Africana, Uganda e R.D. Congo); portanto, principalmente nas linhas de contacto entre África muçulmana de pastores nómadas e África cristã e animista dos agricultores, entre partes sudano-saheliana e subsaariana da África. Hoje, com estes países em deliquescência, a África representa uma ameaça contra a segurança sanitária e demográfica (fonte de emigração ilegal) do mundo. É o domínio das debilidades e ameaças.

Portanto, a emergência é a conjugação de várias causas ou condições iniciais antecedentes a um resultado possível. Implicitamente, trata-se de diferença de níveis, do elementar ao global; tal como no processo de evolução dos países. Convém observar que a emergência, tal como a noção de desenvolvimento, paradigma oriundo da teoria da evolução dos seres vivos, em epistemologia, advêm de uma analogia similar:

*"Change in science occurs in at least three ways: by revolution, evolution, and*

*emergence*", segundo I. Bernard Cohen, L. Kruger *et alii* (Daniel Andler *et alii*, Philosophie des sciences II, Paris, Gallimard, 2002, Capítulo VIII); "*Le sens étymologique suggère la discontinuité apparente et la continuité réelle: l'objet émergent est continu mais sa partie visible (celle qui emerge) est celle qui passe un seuil délimité par le contexte*".

Note-se que dos cinco países ditos emergentes, BRICs, a exceção da Rússia, europeia, um é africano (África do Sul), um sul-americano (Brasil) e dois asiáticos (Índia e China). Portanto, em função de abordagem retida, a da primazia das variáveis macroeconómicas e financeiras ou a do desenvolvimento humano (PNUD), outros países africanos podem ser classificados por emergentes; é caso de Angola, Cabo Verde, Etiópia, Gana, Quênia, Namíbia, Nigéria, Zâmbia, entre outros. Uma escala descendente de classificação da emergência macroeconómica seria: 1. emergido ou convergente (alusão aos critérios de convergência do Maastricht); 2. emergente; 3. imergente.

Porém, entre globalização ou mundialização, conceitos intercambiáveis, retemos o primeiro porque faz alusão a expressão “aldeia global”, um “disneyland”, caracterizado pelo mimetismo nos comportamentos individuais nos países emergentes e “imergentes” (os menos avançados), a uma espécie de clonagem psicossocial do modelo “ocidental” interiorizado através das imagens de abundância e felicidade, ilusões e maravilhas veiculadas pelas telenovelas do estilo americano. É um síndrome de imitação que aliena o ser humano, tal como a lesão cerebral (“*zelig-like syndrome*) ou do distúrbio psiquiátrico. Aliás, um outro conceito sociocentrista ocidental, como afirma Edgar Morin, é o “desenvolvimento”, cujo modelo é a civilização ocidental.

Com efeito, a emergência representa um processo de progressos sucessivos, a longo prazo, na criação de riquezas. Deste modo, existem múltiplos critérios para classifica-la; uns privilegiam o potencial de produção e a capacidade de financiamento (COFACE) e, outros o crescimento demográfico, o crescimento do consumo, a urbanização e a liberalização cambial (os "quatro pilares" da BCG, Boston Consulting Group) e ainda alguns, indicadores, tais como o potencial de crescimento económico, as infra-estruturas, a estabilidade política, a resiliência económica, o desenvolvimento de uma classe média, a economia de conhecimento e da inovação, etc.

*Tabela 1: Cadastro da África*

Superfície	População	Demografia	Educação	Economia
30,1 Milhões km <sup>2</sup>	1,1 Bilhão	População urbana 40,2%	Escolarização: Primeiro: 79,5% Secundário: 50%	PIB a paridade de poder de compra: 3,83 Bilhões de \$
20,1% do mundo	15,35 do mundo	População de menos de 15 anos, 40,9%		PIB por habitante PPC: 3.520 \$
	Densidade: 34 hab./ km <sup>2</sup> 47 hab./ km <sup>2</sup> no mundo			
	Taxa Fecundidade: Taxa 4,8 crianças por mulher 2,5 no mundo			

Fonte: OCDE *apud* revista L'essentiel des Relations Internationales, nº 56, Janvier-Février 2015, p. 58.

Todavia, com os seus trunfos lhe proporcionando vantagens comparativas evidentes, a África, nestes últimos anos, apresenta sinais não só de descolagem ou melhor, de arranque em termos

de crescimento económico, transformações sociais, abertura a globalização, mas também sinais de um continente de sociedades de consumo cada vez mais massificado, em bens e serviços quase idênticos com os outros continentes.

No contexto actual da globalização, não se observa a linearidade ou sequencialidade das cinco etapas de crescimento formuladas por W. W. Rostow, nomeadamente a sociedade tradicional, as condições prévias da descolagem, a descolagem (*Take off*) e a era do consumo de massa.

Porém, René Dumont (*“L’Afrique noire est mal partie”*, Paris: Seuil, 1962), agrónomo francês mostrou-se preocupado da marginalização da classe camponesa num continente balcanizado, no princípio da década sessenta, a das independências africanas. Considerou a sul-americanização insidiosa da África e a réplica do socialismo em África como sendo um escolho ao desenvolvimento

Ao mesmo momento, emergem actores diferenciados nos sectores sociais, económicos, políticos e científicos capazes de conseguir instalar um ambiente de criação de riquezas no contexto da economia-mundo e permitir a adaptação das instituições às contingências de vária ordem ou, depois adversidades, tais como crises financeira, (deterioração dos preços de matérias primas, casos de petróleo), política (guerra civil em Angola, conflito eleitoral na Costa de Marfim, massacres étnicos ou religiosos no Ruanda, Sudão, República Centro Africana), epidemiológica (Ebola na África ocidental: Guiné Conakri, Libéria, Serra Leoa), calamidade natural (seca e fome na Etiópia), etc.

Com efeito, a Agenda 2063 da União Africana (UA) adoptada em 2013 aquando do 50º aniversário desta organização pan-africana define um quadro estratégico integrando oito eixos com vista da transformação socioeconómica do continente: 1. agenda de integração, 2. Agenda para o desenvolvimento social e económico, 3. Governação democrática, 4. Agenda para a paz e a segurança, 5. Identidade africana e renascença da África, 6. Luta contra o colonialismo e direito a autodeterminação, 7. Determinação do destino da África, 8. Lugar da África no mundo. Segundo as autoridades da Comunidade da Unidade Africana, esta agenda deverá ser traduzida nos planos nacionais a fim de facilitar a implementação dos projectos prioritários que estabelecem a conexão entre as partes africanas e a promoção de uma zona de livre-comércio continental. A existência dos agrupamentos económicos sub-regionais visa efectivamente a cooperação e a integração regional.

Regiões em desenvolvimento integrando países africanos segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano (2014:230) são:

África Subsariana (46 países): África do Sul, Angola, Benim, Botsuana, Burquina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Eritreia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurícia, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Democrática do Congo, República Centro Africana, República Unida da Tanzânia, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Suazilândia, Sudão do Sul, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabué.

Estados árabes (20 países/territórios): Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Djibuti, Egipto, Emirados Árabes Unidos, Estado da Palestina, Iémen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Qatar, República Árabe da Síria, Somália, Sudão, Tunísia.

Além disso, as principais comunidades económicas regionais (CER), em África, são: CAE, Comunidade da África do Leste, 1967, CEDEAO, Comunidade Económica dos Estados de África do Oeste, 1975, CEEAC, Comunidade Económica dos Estados da África Central, CEN-SAD, Comunidade dos Estados saheliano-sarianos, 1998, COMESA, *Common Market for Eastern and Southern Africa*, 1994, IGAD, *Intergovernmental Authority on Development*, 1986, SADC, *Southern African Development Community*, 1992, UMA,

União do Magreb Árabe, 1989.

Por realçar que no dia 10 de Junho de 2015, em Sharm el Sheikh (Egipto), 26 dos 54 países africanos, membros da SADC, COMESA e CAE contando mais de 625 milhões de habitantes e mais de um bilhão de dólares de PIB, assinaram um acordo para estabelecer uma zona comum de livre-comércio cujo funcionamento está previsto em 2017 e que liberalizará o comércio, os serviços e direitos aduaneiros. O comércio nesta nova zona tripartita alcançou na última década cerca de 102,6 bilhões de dólares em 2014.

A análise sobre a emergência do continente africano focaliza-se, por motivo de especificidade regional e de complexidade do conjunto continental, sobre as transformações observadas em África Subsariana, todavia não excluindo totalmente a parte magrebina e norte oriental na abordagem dos problemas ligados à cooperação sub-regional, tais como o terrorismo, migração ilegal em massa e integração africana. Para o efeito, retém-se quatro critérios estruturantes: crescimento económico, transformações sociais, consolidação das instituições políticas e mecanismos de resolução de conflitos.

## I - TRUNFOS: CRESCIMENTO ECONÓMICO

Nestes últimos anos, as necessidades em matérias-primas dos países desenvolvidos e sobretudo dos emergentes, BRIC's, destes últimos a China, em particular, levam-lhos a adquirir cada vez mais os produtos brutos do continente africano em contrapartida do financiamento na aquisição dos bens de equipamento e na construção das obras de infra-estruturas colectivas que participam do ordenamento do território, nomeadamente a edificação das redes rodoviárias, ferroviárias, escolares, hospitalares, desportivas e de alojamento social. Além disso, a exploração das matérias-primas propicia recursos indispensáveis para a descolagem do continente.

Segundo Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013:26): «Um dos progressos mais notórios foi registado na África Subsariana. De 2003 a 2008 - nos cinco anos que antecederam a crise financeira mundial -, o rendimento *per capita* da região cresceu 5% ao ano, mais do dobro da taxa registada na década de 1990. Esta tendência de crescimento foi encabeçada pelos países ricos em recursos, que beneficiaram dos aumentos de preço dos principais produtos de base africanos exportados, nomeadamente, gás, petróleo, minerais e produtos agrícolas, graças sobretudo à forte procura do Sul, liderado pela China». Por exemplo, a China tornou-se a partir de 2007, a primeira importadora do petróleo de Angola antes dos Estados Unidos.

A sustentabilidade do crescimento económico patente nalguns países africanos proporcionou uma margem orçamental para o investimento em educação e saúde. Contudo, nesta última década, verifica-se a vontade das autoridades africanas de diversificar as actividades de produção a fim de reduzir a vulnerabilidade da economia mitigando assim a dependência a "monocultura", no caso dos países cuja maior percentagem do PIB (mais de 60%) resulta principalmente de um único produto agrícola, mineral, turístico: por exemplo, cacau para Costa de Marfim, petróleo para Angola e Nigéria, ouro para Gana, cobre para RD Congo, turismo para Quénia) e paralelamente aumentando a sua resiliência face a crises e riscos macroeconómicos.

A resiliência é, na física, a capacidade de resistência de um material ao choque, medida pela energia necessária para produzir a fractura de um provete do material com dimensões determinadas; na psicologia, capacidade de viver, de se desenvolver superando os choques traumáticos, a adversidade; na ecologia, capacidade (de um ecossistema, de uma espécie) de voltar ao estado do equilíbrio depois de um acontecimento excepcional; na gestão das organizações, comunidades e instituições, seria o conjunto de aptidões mobilizadas e

transmitidas aos indivíduos para adaptar-se e fazer face a situações geradoras de vulnerabilidade económica, social e política: catástrofes naturais, aumento de preço de bens de primeira necessidade (insegurança alimentar), pobreza, desemprego, fome, penúria de bens colectivos, discriminação racial, étnica,...

Para o efeito, há países africanos que implementam políticas públicas que criam condições técnicas e geram recursos indispensáveis no caso da travessia dos momentos difíceis. Além disso, graças às suas reservas cambiais, alguns países africanos apresentam uma taxa bruta de endividamento público relativamente fraca em relação ao PIB.

Tabela 2: Recursos para uma resiliência económica

PIB em Biliões de \$ (FMI 2013)		Reservas cambiais em Biliões de \$		Índice de diversificação das exportações (FMI 2013)		Endividamento bruto em % do PIB (FMI2013)	
Nigéria	521,8	Argélia	192,5	África do Sul	1,9	Líbia	0
África do Sul	350,8	Líbia	120,9	Egipto	2,2	Guiné Equato	8,9
Egipto	271,4	África do Sul	48,46	Djibuti	2,4	Argélia	9,2
Argélia	212,5	Nigéria	47,7	Tanzânia	2,6	Nigéria	10,4
Angola	1242	Angola	37,94	Quénia	2,7	Sudão do Sul	14,6
Marrocos	103,8	Marrocos	19,16	Eritreia	2,8	Botswana	16,9
Sudão	66,7	Egipto	17,03	Togo	2,9	Suazilândia	17,8
Líbia	65,5	Tunísia	8,113	Gâmbia	3,0	Comores	18,1
Quénia	54,9	Botswana	7,933	Marrocos	3,0	Gabão	18,8
Ghana	47,8	Ghana	6,016	Senegal	3,0	Camarões	19,0
Tunísia	46,9	Quénia	5,541	Tunísia	3,0	RD Congo	19,9
Etiópia	45,9	Congo	5,239	Uganda	3,1	Etiópia	21,9
Tanzânia	33,2	Costa Marfim	4,085	S. Tomé Prínc	3,2	Namíbia	25,5
Costa Marfim	32,0	Guiné Equato	4,027	Maurício	3,4	Níger	27,0
RD Congo	29,9	Uganda	3,579	Sierra Leone	3,6	Ruanda	28,7

Fonte: Revista Afrique - Méditerranée Business, nº7, Décembre 2014 - Janvier-Février 2015, pp. 12-13.

Portanto, a África com um crescimento anual média de 5% tenta financiar o seu desenvolvimento via os bancos centrais, o mercado financeiro e outros fundos de investimentos africanos e estrangeiros. Com vista aumentar a sua competitividade, graças a um código de investimentos estrangeiros flexível, as multinacionais instalam-se no continente investindo nos sectores industriais, comerciais e de serviços.

## II - TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Apesar das pandemias e endemias que assolam o continente, a África conhece uma dinâmica demográfica contando com cerca de 300 Milhões de habitantes. Em 2100, a população em África está estimada a 4, 1 Bilhões, Ásia a 4,7, Europa a 0,6, América latina e Caraíbas a 0,7, América do Norte a 0,5 e Oceânia a 0,1.

Com efeito, observa-se uma rápida transição demográfica, isto é, uma passagem de taxas de mortalidade e de natalidade elevadas às taxas fracas mas ainda lenta comparando com a dos outros continentes, que resulta dos progressos no domínio da saúde, de higiene (diminuição da mortalidade infantil, aumento da esperança de vida) e de comportamento relativamente estável no que diz respeito a taxa de fertilidade (5,4 filhos por mulher) apesar das calamidades epidemiológicas (SIDA, etc.) e do aparecimento das novas patologias degenerativas ou ligadas ao modo de vida moderna (por exemplo: hipertensão que concerne 30% da população adulta, obesidade, colesterol, doença cardiovascular, cânceros, ...).

Finalmente, acerca do dividendo demográfico da África, graças à uma vitalidade da natalidade mas também aos progressos acima referidos e outras especificidades sociopolíticas locais (por exemplo: a guerra mata mais rapazes - fenómeno de crianças soldados) aumentando a proporção demográfica das raparigas; compromissos matrimoniais com poligamia oficial ou assumida, ...), convém salientar que é necessário controlar a natalidade para não comprometer os benefícios do crescimento do continente. Aliás, se a densidade média da população é de 36 habitantes por quilómetro quadrado, na Nigéria, por exemplo, ela é de 190 habitantes.

Note-se que as estimações das Nações Unidas prevêem para 2100 um crescimento substancial da população africana a cerca de 4,2 Biliões de habitantes. A adequação entre a sustentabilidade do crescimento demográfico e o aumento das capacidades em termos de disponibilidades de recursos alimentares constitui verdadeiro desafio para África.

Esta sobrepopulação da África colocará cada vez mais os problemas ambientais, nomeadamente acerca do abastecimento alimentar e energético mas igualmente sobre os sistemas de transportes. Porém, o dualismo da população entre cidadãos e rurais esbate-se com a urbanização e a suburbanização do território. Em menos de uma década, o número de cidades com mais de 1 Milhão de habitantes duplicou; passou para cerca de sessenta cidades. Porém, cerca de 62% dos cidadãos em África subsariana vivem nas zonas suburbanas, uma extensão das zonas rurais, nas condições de saneamento básicas precárias. O êxodo rural leva pessoas do campo para cidades a procura de empregos que não sempre existem.

*Tabela 3*  
*Evolução da população urbana em África*

	1970	2010	2050
Proporção dos cidadãos na população total	23,5%	39,2%	57,7%
Total da população urbana	53,3 Milhões	400,1 Milhões	1,26 Bilhão
População total de habitantes	240 Milhões	1,1 Bilhão	2,5 Bilhões

Fonte: ONU Habitat; PNUD; FMI

Existe uma linha de desmarcação entre uma minoria rica consumista (“compradora”) e uma maioria da população em situação de vulnerabilidade que sobrevive graças aos mecanismos de resiliência social permitindo comportamentos de solidariedade. Num lado, uma classe de novos ricos que ostentam objectos de luxos e procuram habitar nos condomínios protegidos por empresas de segurança e noutra, bairros com condições de saneamento básico precárias, reservas de jovens desempregados onde reinam banditismo, alcoolismo, prostituição e tráficos de todo tipo. Existem assim desigualdades, isto é, grandes desvios na repartição de riquezas no seio da população de acordo com rácios Palma e Gini aplicados pelo PNUD, em 2014.

A macrocefalia urbana participa do consumismo. Com efeito, a cidade e os seus arredores em África representam o espaço de predilecção de oferta de produtos e serviços de referências mundiais, de gama ao espectro largo (do topo do modelo de origem à uma imitação grosseira): tais como bens douradores (viaturas, ciclomoteres, *smartphones*, computadores), alimentares

(vinho espumante, espirituoso, *fast-food*), produtos farmacêuticos, cosméticos, serviços bancários em linha, ...

Observam-se progressos significativos, sobretudo quantitativos, no domínio da educação com a implementação dos programas públicos de alfabetização, de formação de quadros. Consequentemente, emerge-se uma classe média de cerca 355 Milhões de pessoas, jovens cujos rendimentos variam entre 2,2 e 22 dólares por dia, de acordo com um estudo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); uma classe média consumista não só de bens e serviços que a globalização proporciona mas também de modos de pensar e de ser governados veiculados por *internet* (liberdade, democracia, boa governação); a camada inferior desta pode tornar de novo na miséria.

Porém, a dinâmica demográfica, nas zonas urbanas, representa uma oportunidade económica para a África, o que explica a construção dos centros comerciais e a expansão das cadeias de supermercados americanas (Walmart), europeias (Auchan, Casino), sul-africanas (Shoprite, Game), ... (Mc Kinsey Global prevê que o poder de compra anual acumulado de 18 maiores cidades do continente será, até 2030, de 1.300 Bilhões de \$).

Portanto, esta classe média com postura reivindicativa manifesta nas ruas e através de redes sociais. Porém, convém realçar que face ao fenómeno de ecologismo dos pobres devido aos conflitos gerados por desigualdades na repartição dos riscos ecológicos, a população africana chega a protestar.

Joan Martínez Alier (*L'écologie des pauvres. Une étude des conflits environnementaux dans le monde*, Paris: Les Petits Matins/Institut Veblen, 2014, 448 p) distingue três tipos de correntes ecológicas: 1. a ecologia da conservação que sacraliza a natureza selvagem; 2. a eco-eficácia que sustenta a compatibilidade entre a economia do mercado e a ecologia para um desenvolvimento sustentável; 3. o ecologismo dos pobres (casos dos movimentos provocados por conflitos ecológicos: por exemplo, as protestações da população de um bairro de Abidjan em Costa de Marfim perante a descarga lixeira deixada por um navio estrangeiro no quadro de um negócio oficial).

### III - CONSOLIDAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

A modernização do sistema político em África desenvolve-se paulatinamente tentando fazer coabitar, dentro do mesmo espaço do Estado, populações para além das diferenças de classes, raças, etnias, tribos e religiões. O protagonismo dos actores políticos incide cada vez mais sobre as condições de vida das populações, a convivência democrática, as maneiras de criação das riquezas e a sua repartição.

O surgimento de uma sociedade civil e de uma opinião pública têm efeito regulador no convívio democrático. Entendem-se vozes não convergentes no parlamento e na rua sobre as alternativas das políticas públicas promovidas pelo governo. A solidez das instituições confirma-se pela possibilidade credível da alternância política nalguns países onde realizam-se periodicamente as eleições democráticas num ambiente de tolerância das diferenças.

### IV - MECANISMOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

A porosidade das fronteiras entre Estados africanos resulta de uma marcação das fronteiras em função dos interesses estratégicos e económicos das potências coloniais europeias, ignorando a realidade histórica dos povos autóctones. A Conferência de Berlim (1884-1885) consagra a partilha do continente africano entre a Inglaterra, França, o Rei Leopoldo II da Bélgica,



Alemanha, Portugal, Itália e Espanha ignorando as estruturas políticas e administrativas existentes. Todavia, a Carta da Organização da Unidade Africana (OUA) criada em 1963, hoje União Africana (UA) constituída em 2000 proclama os princípios da intangibilidade das fronteiras existentes no momento da acessão à independência, bem como o respeito pela integridade e igualdade soberana e interdependência entre os Estados Membros da União.

Os Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros da OUA no Acto Constitutivo da UA declararam ser “cientes do facto de que o flagelo de conflitos em África constitui um importante impedimento para o desenvolvimento socioeconómico do Continente, e da necessidade de promover a paz, segurança e estabilidade, como um pré-requisito para a implementação da nossa agenda de desenvolvimento e de integração”.

Hoje em dia, a efectividade do Estado começa a ser exercida para permitir não só a coexistência harmoniosa e pacífica entre entidades nacionais mas também a circulação de pessoas e bens, e a manutenção das relações culturais ancestrais para os grupos sociais transnacionais. Por conseguinte, qualquer crise (calamidade natural, desintegração política, incúria económica, demografia galopante) num determinado país provoca fluxos migratórios e instabilidade nos países vizinhos. Efectivamente, a prosperidade económica ou a segurança num determinado país em comparação aos países de origem (por exemplo, Costa de Marfim da década oitenta, África do Sul da década noventa), Angola (a partir de 2002) atrai imigrantes dos países vizinhos e não só (Mali, Guiné, Burkina Faso, Nigéria, Moçambique, R.D. Congo).

Porém, a guerra civil no Ruanda, entre Hutus e Tutsis, transbordou na República Democrática do Congo (RDC) onde já vivem minorias destas etnias numa região (Leste da RDC) rica em recursos minerais cuja exploração e tráfico ilegal mantém o conflito e enriquecem os cabos de guerra. Em termos de colapso económico, exemplificamos com Zimbabué e RDC: milhares de pessoas, algumas com uma formação profissional diferenciada e outras sem qualificação, emigram para África do Sul e Angola para uma vida melhor. Finalmente, sem perspectiva de emprego, a Nigéria e a RDC, com respectivamente cerca de 170 e 100 Milhões de habitantes, e os países subsahelianos da África ocidental constituem pontos de partida dos candidatos à emigração.

Actualmente, observa-se que os germes dos conflitos internos ou entre Estados contém menos de rudimentos relativos às diferenças étnicas e regionais do que de controlos de fontes de riquezas. Tendo em conta o carácter sistémico nas relações internacionais, aos esforços do executivo nacional associam-se contribuições diplomáticas e militares dos outros organismos regionais, continentais e das Nações Unidas na resolução dos conflitos. É sistemático a implicação dos organismos supranacionais africanos e das Nações Unidas na resolução dos conflitos no continente, casos na República Centro Africana (2014), na RDC (2013); na Somália (2013); em Angola (1992), na Costa de Marfim (2010), no Mali (2014); destaca-se a da CEDEAO através do seu braço armado, Ecomog, criado em 1990: na Libéria (1990-1999, com Ecomil, 2003), Serra Leoa (1998-2000), Guiné-Bissau (1998-1999), Costa de Marfim (com Ecomici, 2003-2004); SADC no Lesoto (1998-1999).

## EPÍLOGO

A falta de infra-estruturas para a industrialização da África em diferentes sectores, tais como a agricultura, indústria (de transformação, agro-alimentar), energia, transportes (ferroviários, rodoviários, portos, aeroportos) perspectiva jazigos de crescimento. São a primeira prioridade do continente a fim de facilitar o aumento dos intercâmbios económicos intra-regionais e no quadro do comércio mundial; o comércio intra-africano representa 12% de intercâmbios totais

da África, enquanto os da Ásia, 55% e da Europa, 70%. Para o efeito, necessitam-se de investimentos públicos tanto como privados. Como afirma o Secretário Executivo da Agência do NEPAD, *New Partnership for Africa's Development* (in semanário Jeune Afrique, nº 2840, 14-20 juin).

O Programa para o desenvolvimento das infra-estruturas em África (PIDA), patrocinado pela Comissão da União Africana (CUA), Agência do NEPAD, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Comissão económica das Nações Unidas para África (CENUA) e as Comunidades Económicas Regionais (CER) é a solução proposta pela África, através da criação de infra-estruturas mutuamente benéficas e o reforço da capacidade dos países de fazer o comércio e de criar fileiras regionais competitivas

Repare-se ao título de exemplo que cerca de 40% da população não tem acesso à água potável, cerca de 60% ao saneamento básico e 70% à electricidade. Contra 45 Bilhões de dólares por ano financiados por metade pelo sector público, actualmente, a África precisa para a próxima década 96 Bilhões de dólares por ano, segundo o Banco Mundial.

De acordo com esta instituição internacional, entre 2003 e 2013, a África subsariana concluiu 158 acordos de financiamento de projectos para uma dívida total de 59 Bilhões de dólares que corresponde a cerca 3% do mercado mundial de financiamento de projectos; principalmente nas indústrias extractivas, nomeadamente de petróleo, gás e minas e concernentes quatro países, África do Sul, Angola, Gana e Nigéria.

No entanto, note-se que a Agenda 2063, iniciativa africana e não intergovernamental, adoptada em 2015 vindo bem depois do Plano de Acção de Lagos e a Acta final de Lagos (1980), do Tratado de Abuja instituindo a comunidade económica africana (1991), da declaração de Syrte (1999) e do NEPAD (2001) tenta ultrapassar as limitações verificadas nas anteriores iniciativas; segundo René N'Guettia Kouassi, director dos assuntos económicos da Comissão da União Africana (in *Hommes d'Afrique Magazine*, nº 74 Avril 2015 in [www.hommesdafrique.com](http://www.hommesdafrique.com)):

O valor acrescentado deste Agenda reside essencialmente nos seguintes elementos: é fundado sobre os limites das iniciativas precedentes que foram previamente identificados; um plano de acção decenal de implementação comportando projectos, programas e actividades claramente definidas, concretas e bancáveis; mecanismos e fontes de financiamento; as estratégias de acompanhamento e de avaliação.

Par esta razão que queremos sublinhar aqui que o financiamento externo não é a solução, ainda menos a panaceia para a implementação dos programas maiores do continente. Pois, desde 1970, ano em que as Nações Unidas convidaram os países ricos a conceder 0,7% de seu PNB aos países pobres ao título da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, a comunidade internacional nunca parou de multiplicar as iniciativas para acompanhar o mundo em desenvolvimento em geral e a África em particular no seu processo de desenvolvimento. Pode-se citar: o Programa das Nações Unidas para a recuperação económica da África (PANUREDA) em 1986; a Nova Ordem do dia das Nações Unidas para o Desenvolvimento da África (UN-NADAF) em 1991; o Consenso de Monterrey em 2002; a Declaração de Doha em 2009; e a declaração de Busan em 2011. A todas estas declarações e consensos, tem que acrescentar números engagements financeiros que os países do G8 fizeram a favor do mundo em desenvolvimento aquando de seus encontros anuais.

Todas estas iniciativas não permitiram a África desenvolver as suas infra-estruturas nem industrializar-se ou transformar profundamente as suas economias a fim de criar empregos decentes para a sua juventude (...) Desde já, é de uma necessidade imperioso para

encontrar por ela no seu seio as alavancas essenciais do financiamento do seu desenvolvimento.

Por realçar que no dia 10 de Junho de 2015, em Sharm el Sheikh (Egipto), 27 dos 54 países africanos, membros da SADC, COMESA e CAE contando mais de 625 milhões de habitantes e mais de mil bilhão de dólares de PIB, assinaram um acordo para estabelecer uma zona comum de livre-comércio cujo funcionamento está previsto em 2017 e que liberalizará o comércio, os serviços e direitos aduaneiros. O comércio nesta nova zona tripartita alcançou na última década cerca de 102,6 bilhões de dólares em 2014.

Finalmente, quanto a África em geral e especificamente da sub-região subsariana, ela emerge sabendo aproveitar dos trunfos que possui e das oportunidades que se apresentam a ela mas também enfrentando as ameaças convertendo as suas debilidades em pontos fortes. Destacam-se os acordos bilaterais que estes países celebram, nomeadamente com a república da China disponibilizando investimentos para construção das infra-estruturas sociais (escolas, hospitais, complexos desportistas, transportes) sem condicionalidades políticas (salvo, o não reconhecimento diplomático do Taiwan) nem económicas (por exemplo, desvalorização da moeda nacional, redução do pessoal na função pública, ...), ao contrário do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (organização das eleições, ...).

Tabela 3

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e seus componentes, 2010 e 2013

	IDH		Esperança de vida à nascença (anos)		Média de anos de escolaridade (anos)		Anos de escolaridade esperados		Rendimento Nacional Bruto per capita (PPC Usd 2011)	
	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013
África subsariana	0,468	0,502	55,2	56,8	4,8	4,8	9,4	9,7	2,935	3,152

Fonte: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, 2014, p. 34.

#### Bibliografia

- AYITTEY, G. B. N. (2005), *Africa Unchained: the blueprint for Africa's future*, New York, Palgrave MacMillan.
- BRUNEL, S. (2014), "Afrique, continent fantasmé", in *Sciences Humaines*, nº 264, Novembre, pp. 20-25.
- CYRULNIK, B. (2002), *Un merveilleux malheur*, Paris, Odile Jacob.
- KI-ZERBO, J., (2004), *À quand l'Afrique?* Entretien avec René Holenstein, Éditions de l'Aube.
- LERIDON, H, "Afrique subsaharienne: une transition démographique explosive", in *Futuribles*, nº 401, Juillet-Août 2015, pp. 5-21.
- Magazine Africa 24, nº15, Janvier-Mars 2015.
- Magazine Afrique Méditerranée Business, nº 7, Décembre 2014 - Janvier-Février 2015.
- NORRO, M. (1962), *Le rôle du temps dans l'intégration économique*, Louvain, Éditions E. Nauwelaerts.
- PERROUX, F. (1991), *L'Économie du XXe siècle*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano (2014), Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*, Nova Iorque.
- PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano (2013), A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*, Nova Iorque.
- ZOLLI, A., HEALY, A. M. (2012), *Resilience*, London, Headline Publishing Group.